

## Ecologia humana e turismo no Alto Minho

*José da Cruz Lopes*

### 1. Enquadramento teórico-metodológico

A Ecologia Humana em Portugal despontou, de forma implícita ou explícita, do vasto conjunto de estudos geográficos e socio-antropológicos levados a cabo no período após Leite de Vasconcelos<sup>1</sup>. Na *Bibliografia Geográfica de Portugal*, em dois volumes<sup>2</sup>, o último dos quais relativo ao período de 1947-1974, encontramos já alguns estudos e trabalhos que prenunciam alguma intencionalidade orientada para o campo da Ecologia Humana.

Podemos com segurança afirmar que Orlando **RIBEIRO**, Jorge DIAS e Carlos **TEIXEIRA** contribuíram, com os seus estudos, para uma visão ecológica do homem português<sup>3</sup>. O primeiro autor, porque retratou o País numa vertente geográfica em bases sólidas, numa leitura que, passados quase cinquenta anos, continua em parte actual<sup>4</sup>. Os estudos de Jorge DIAS, principalmente antropológicos e sociológicos, reconhecem que a «*própria ecologia e a adaptação de uma sociedade a condições ambientais complexas e muito diversificadas [...] impõe métodos próprios*»\*\*. Esta citação

---

Texto adaptado do Capítulo III da dissertação «Ecologia humana e turismo ...no Noroeste de Portugal», apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Ecologia Humana pela Universidade de Évora, 1992.

Licenciado em Geografia pela FLUP ; docente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

<sup>1</sup> Na bibliografia consultada menciona-se frequentemente que a Ecologia Humana é veiculada pelos sociólogos e antropólogos, que deram ampla circulação ao termo em numerosos estudos, tanto em artigos especializados como em manuais. Cfr. Amos H. HAWLEY, *op. cit.*, Madrid, Tecnos, 1966, p. 21-22.

O primeiro volume reúne a bibliografia recolhida por H. LAUTENSACH, foi organizado e complementado por Mariano FEIÓ até 1946 e foi editado pelo Instituto de Alta Cultura e Centro de Estudos Geográficos (Lisboa) em 1948. O segundo volume foi preparado por Ilídio do AMARAL e Suzanne DAVEAU, cobrindo o período de 1947 até 1974, em edição do Centro de Estudos Geográficos / INIC, Lisboa, 1982.

<sup>3</sup> Os resultados em Ecologia Humana terão maior validade quando os estudos se alicerçarem no conhecimento real e concreto das relações do homem com o meio natural. Estes investigadores ainda hoje são modelo, particularmente ao nível das metodologias e técnicas de trabalho de campo. No *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, já se podem encontrar bastantes efeitos desta orientação. *Vide, v.g.*, vol. 1, Lisboa, CEG, 1984, p. 59-88.

<sup>4</sup> De facto, como um discípulo seu reconheceu: «*Tem percorrido o país de lés a lés. Poucas aldeias haverá onde não tenha estado. Mais andarilho ainda que Leite de Vasconcelos e parece que nisso só com ele emparceiram Jorge Dias e Carlos Teixeira*» (Guerreiro, 1984).

<sup>5</sup> Jorge DIAS, «Reflexões de um Antropólogo» in *Cadernos de Etnografia*, Barcelos, 2.ª sér., 6, 1968, p. 42.

traduz, por um lado, as convicções de que as bases ecológicas constituem um contributo válido aos trabalhos versando a realidade portuguesa e, por outro lado, que as produções científicas se devem edificar em moldes inovadores. Para fundamentar este intencional (ab)uso de transposição de J. DIAS como ecólogo humano, refiro um texto que bem documenta o seu posicionamento teórico-metodológico relativamente aos factos sociais: «o que nos deve interessar é o homem nas suas inter-relações sociais e as respostas que ele adopta em face dos problemas que a vida lhe põe»<sup>6</sup>. De facto, encontramos no seu pensamento argumentos para validar a Ecologia Humana como área de notória vitalidade e como uma constante no perspectivar das Ciências Sociais<sup>7</sup>, pelo menos desde 1921<sup>8</sup>. O terceiro autor, sendo geólogo de formação, marcou os seus trabalhos sobre a geologia de Portugal com significativas notas explicativas da paisagem portuguesa. A atestá-lo veja-se a sua nota sobre as paisagens graníticas onde afirma: «tirem ao homem do noroeste peninsular este maravilhoso elemento e será toda uma civilização que desaba»<sup>9</sup>. Esse elemento é o granito que, como outros recursos geológicos do País, marca a paisagem e a cultura das comunidades humanas no rincão português.

Mas a Ecologia Humana não é uma área temática feita de consensos. As suas concepções são múltiplas e enraízam-se no confronto das abordagens científicas do biologismo e do culturalismo. A *interface* entre natureza e sociedade sempre suscitou interrogações e poucas certezas. A visão destes dois mundos sempre foi parcial e descontínua, porque este estado é razão do seu próprio conhecimento científico. Em ambas, as perspectivas de abordagem geraram sempre novos procedimentos e problemas que ainda hoje persistem. Para uns, a Ecologia Humana representa uma especialização dentro da disciplina geral da Ecologia<sup>10</sup>, enquanto para outros não é uma simples extensão ou prolongamento da Ecologia Geral, mas tem características próprias e sobretudo conceptualizações distintas<sup>11</sup>.

Passando para a relação ecossistema-homem, no que diz respeito ao ecossistema, versão sistémica da vida, é hoje considerado como canal de formação, composto por três níveis ou subcanais diferentes: o canal genético, por onde se transmite e perpetua (internamente) a diversidade genética das espécies e as estruturas individuais renováveis; o canal ecológico, verdadeiro palco de interacção entre diferentes espécies coexistentes e de trocas regulares entre os seus indivíduos; e o canal «etológico» ou «cultural», o qual veicula o que se aprendeu pela actividade individual ou

---

*Idem, ibidem*, p. 44.

<sup>7</sup> Assim a considera Amos H. HAWLEY, *op. cit.*, Madrid, Tecnos, 1966, p. 22. Este ano é considerado como data de referência da Ecologia Humana. Vide Pascal ACOT, *História da Ecologia*, Rio de Janeiro, Campus, 1990, p. 118.

*Alguns Aspectos da Geologia dos Granitos do Norte de Portugal*, Porto, Sociedade Geológica de Portugal, 1945.

<sup>10</sup> Cfr. Amos H. HAWLEY, *op. cit.*, p. 78.

<sup>11</sup> Vide George OLIVIER, *A Ecologia Humana*, Lisboa, Interciência, 1979, p. 9.

experiência e que é transmitido às gerações futuras. Este último canal, de reduzida importância no passado, é hoje particularmente importante. Em termos figurativos, pode-se dizer que vai desde a madeira morta do bosque, que conserva uma estrutura, até à madeira transformada em papel das nossas bibliotecas, que conservam a cultura<sup>12</sup>.

No caso das actividades humanas, reconhece-se hoje que os usos não se limitam aos ecossistemas, antes os atravessam para aproveitar as complementaridades e os contrastes de «zonas» ecológicas variadas<sup>13</sup>. Esta questão fundamental à investigação em Ecologia Humana ainda persiste, se bem que outros métodos sejam hoje adoptados. E o caso de alguns investigadores que parecem ter concluído que, em vez de ecossistema, seria necessário encontrar unidades não identificáveis e, deste modo, uns propõem o conceito de *sistema de uso humano* (UNESCO, 1974), enquanto outros (VAYDA, 1983) defendem, em alternativa, um sistema a que se chamou *contextualização progressiva*<sup>14</sup>.

De facto, esta problemática centra-se sobre o homem. Como ser biológico, ele apresenta-se com uma caracterização ecológica muito diferenciada dos outros seres vivos: é o caso da sua biomassa; da sua dinâmica e taxa de crescimento; da organização estrutural das populações humanas e relações interpopulacionais; do uso e nível de consumo da energia<sup>15</sup>. Reconhece-se, por isso, que o homem é um animal relativamente não especializado, que não ocupa um *nicho* definido na hierarquia ecológica da natureza, e que tem uma capacidade para produzir cultura em grau maior que qualquer outra espécie de vida<sup>16</sup>. Por outro lado, o ser humano é um mistério e a multiplicidade de vidas que uma sociedade compreende não se tornam menos humanas, embora possam ser contadas, analisadas e avaliadas em termos impessoais<sup>17</sup>. Estas especificidades conduziram a que o homem, em quase todo o seu passado, tivesse tomado a natureza como inimiga, de que fugia e à qual não queria subordinar-se, comportamento que é responsável por consequências graves ao nível da delapidação e/ou degradação dos recursos da biosfera.

Conceptualmente, a Ecologia Humana não se pode desligar das atitudes tomadas perante a conservação da natureza. Nas últimas duas décadas, tomou-se consciência do facto de não haver *biotopos* intocáveis à intervenção humana. Mas foi uma atitude meramente proteccionista, assumindo forma

---

<sup>12</sup> cfr. Ramón MARGALEF, *Perspectivas de la Teoría Ecológica*, Barcelona, Blume, 1978, p. 95-96.

<sup>13</sup> Segundo di Castri (1976) citado por Andrew P. VAYDA, «Progressive contextualization: methods for research in Human Ecology», in *Human Ecology*, Nova Iorque, 11(3), 1983, p. 267-268.

<sup>14</sup> Cfr. Andrew P. VAYDA, *op. cit.*, 1983, p. 265-278.

Sobre uma caracterização ecológica do Homem ver a obra *Concepts unificadores en Ecologia*, Barcelona, Blume, 1980, p. 242-260.

<sup>16</sup> Cfr Amos H. HAWLEY, *op. cit.*, Madrid, Tecnos, 1966, p. 36, 67, 70.

<sup>17</sup> Cfr. M. R. BRETT-CROWTHER, «Human Ecology and Development», in *Inter. J. Environment Studies*, vol. 24, London, 1985, p. 198.

legal ou vigiada, em que as espécies vulneráveis e em risco de extinção eram apenas rodeadas de medidas restritivas que, muitas vezes, acabavam por se tornar ineficazes, na medida em que o objecto de protecção era a espécie e não o sistema ecológico em que espécie vivia. Esta constatação veio a motivar uma nova atitude de preservação, que passará a ter em conta a conservação do ecossistema<sup>18</sup> em que as espécies se integram. Nenhuma espécie vive isoladamente e, por este facto, esta visão globalizante toma a estrutura e a funcionalidade do ecossistema como um valor ecológico relevante. Porque as comunidades humanas interagem com os ecossistemas, também o homem passou a fazer parte dessa conservação.

Por isso, a nova atitude de conservação passa a formalizar áreas naturais, que de forma voluntária e espontânea integram amostras de ecossistemas escolhidos entre as mais típicas na gama de variações do ambiente natural de uma região geográfica determinada<sup>19</sup>. Eis, pois, no quadro da definição e implementação de estratégias de conservação da natureza, um campo particularmente rico de reflexões e de aplicações em Ecologia Humana. Sintomático do que se expõe é uma das definições de Ecologia Humana: «a ecologia do homem e das comunidades e populações humanas, especialmente no que diz respeito à defesa da qualidade do ambiente por meio da aplicação correcta de práticas de conservação e de engenharia civil»<sup>20</sup>. Para P. DANSEREAU (1957), a Ecologia Humana é a ciência directamente envolvida nas matérias relativas à paisagem, ao ecossistema, ao espaço, e tem por objecto a influência do homem no ambiente e os efeitos do ambiente no homem ou, dito de outra forma, as causas e as consequências dos problemas ambientais<sup>21</sup>.

Ora esta formulação conceptual vai de encontro às actuais preocupações da humanidade, exprimindo as intenções que a Ecologia Humana deve trilhar e concretizar. Mas, para certos autores, esta ciência, se quer dar sentido à relação entre o humano e o meio ambiente, deve estar preparada para constatar que o poder não deve ser encarado necessariamente como um bem, e que, quanto maior a escala, maior a parcela de poder que deve estar sob controle social e moral<sup>22</sup>. Daí não ser estranha a constatação de que, em geral, se têm sentido efeitos perturbadores da ciência e suas respectivas aplicações tecnológicas. Consequentemente, uma outra evidência nos mostra que os sistemas de planeamento favorecem o uso não ecológico e não conservacional dos recursos<sup>23</sup>.

<sup>18</sup>Para Eugene P. ODUM um ecossistema ou sistema ecológico é qualquer região natural que inclua organismos vivos e substâncias abióticas interactuando para promover uma troca de matérias entre as partes vivas e não-vivas. Vide *Fundamentos de Ecologia*, 2<sup>o</sup> ed., trad., Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1976, p. 19.

<sup>19</sup> Segundo NOIR (1972) in *A Síntese Ecológica*, 2<sup>o</sup> vol., Lisboa, Socicultur, 1977, p. 279.

<sup>20</sup>M. R. BRETT-CROWTHER, «Human Ecology and Development» in *Inter. J. Environmental Studies*, vol. 24, London, 1985, p. 191-192.

<sup>21</sup>M. R. BRETT-CROWTHER, *op. cit.*, 1985, p. 188.

<sup>22</sup> M. R. BRETT-CROWTHER, *op. cit.*, 1985, p. 198.

<sup>23</sup> *Idem, ibidem*, p. 197.

Por conseguinte, as contradições existentes no campo de acção da Ecologia Humana sempre foram condicionantes de que esta área de saber emergisse de forma autónoma e convincente. Mas é devido à tomada de consciência dos problemas do ambiente no mundo actual e à dimensão dos riscos que isso acarreta no Homem que hoje «*todas as disciplinas e profissões, tanto no campo das ciências como no nas humanidades, estão ávidas por encontrar na área da ecologia humana um campo comum de encontro*»<sup>24n</sup>. E este interesse que ainda hoje prevalece, o que faz com que geógrafos, sociólogos, biólogos e outros investigadores e técnicos em recursos tenham contribuído para eleger a Ecologia Humana como denominador comum.

Também em Portugal estas questões de ordem científico-metodológica obstaram ao surgimento de estudos com um perfil coerente e claro em Ecologia Humana<sup>25</sup>. O que houve em Portugal foi, no início da década de setenta, a concretização de algumas acções imbuídas dum pendor de Ecologia Humana. Uma iniciativa legislativa atesta esse contexto. E o caso da Lei n.º 9/70, de 19 de Junho, onde já se estipula que os parques nacionais que vierem a ser criados, poderão abranger quatro tipos de reservas, um dos quais é o das *reservas turísticas*<sup>26</sup>. Este diploma veio a conferir base legal à constituição do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG), criado pelo Decreto n.º 185/71, de 8 de Maio<sup>27</sup>.

Esta área serrana e raiana do interior noroeste português consubstancia o binómio natureza cultura, onde a acção do homem unificou e complementou uma paisagem. Detendo o estatuto de único parque nacional em Portugal, teve de recorrer à incorporação de territórios habitados, de ambiente rural, que, aliados à rudeza natural da área, passaram a constituir uma forma *sui generis*, de modo a poder cumprir as condições exigidas internacionalmente<sup>28</sup>. A quando do seu processo de reconhecimento, o território que o seria por direito rondava os 20000 ha, pelo que houve necessidade de adicionar uma faixa envolvente, de paisagem muito ruralizada e interdependente com a área natural, com cerca de 50000 ha, sujeitando-a a uma gestão em tudo idêntica à de Parque Nacional. Desde o seu início se pensou ordenar esta área protegida, definindo uma zona de Parque propriamente

---

<sup>24</sup>Cfr. Eugene P. ODUM, *Fundamentos de Ecologia*, 4.ª ed., trad., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 812.

<sup>25</sup>Por exemplo, no texto de BAETA NEVES, «Evolução histórica da Ecologia em Portugal», in *Ciclo de Conferências sobre Ecologia Fundamental e Aplicada*, Porto, Instituto de Ciências Biomédicas "Abel Salazar", 1985, p. 9-18, não há qualquer referência à Ecologia Humana em Portugal.

<sup>26</sup> Definidas como «zonas a desenvolver segundo as necessidades das populações e do turismo, em conformidade com os objectivos do parque e subordinadas a um ordenamento destinado a favorecer a sua unidade e conservação natural e a harmonia das construções».

<sup>27</sup>Cfr. Adolfo A.M. Macedo, «Aspectos inovadores na criação do PNPG» in I.º Congresso de Áreas Protegidas, Lisboa, S.N.P.R.C.N., 1987, p. 123-126.

Segundo a Assembleia Geral da União Internacional da Conservação da Natureza, efectuada em Nova Delhi em 1969, o conceito de Parque Nacional tem de respeitar cinco condições fundamentais: *ampla extensão; conteúdo notável; regime de protecção eficaz; criação pela mais alta autoridade competente do país; e turismo autorizado.*

dito, correspondente ao espaço natural e selvagem, e uma zona de Pré-Parque, respeitante à área afectada pela intensividade e presença de actividades humanas.

Portanto, estamos já perante um espaço-cenário de adequação das acções humanas ao nível dos interesses e valores naturais desta área, onde assumem particular destaque o zonamento e a gestão territorial. O que é significativo é, por um lado, o nosso parque nacional ter nascido no ano seguinte à comemoração do Ano Europeu da Conservação da Natureza, ocorrido em 1970, e, por outro lado, ter, no ano posterior à sua criação, em 1972, na II Conferência Mundial de Parques Nacionais, sido reconhecido que *«podem surgir conflitos entre a conservação da natureza e outros usos legítimos nos Parques Nacionais, especificamente o Turismo»*<sup>29</sup>.

Mas estas preocupações já tinham sido ventiladas em anos anteriores. A consulta documental diz-nos que os núcleos de muitos parques nacionais foram já utilizados como áreas recreativas em épocas anteriores a essa declaração. Na grande maioria dos parques nacionais, em cujos limites se encontravam grandes hotéis e numa época em que os visitantes, transportados a cavalo, necessitavam de lugares adequados para descanso, construíram-se internamente estruturas de alojamento. Mas os impactos dessa situação, traduzidos em desregulações e disfunções dos sistemas ecológicos, logo se fizeram sentir, determinando uma mudança de atitudes e de política relativamente à fruição turística destas áreas naturais. A política mais apropriada foi eliminar esses hotéis e albergar os turistas não dentro, mas fora dos parques nacionais<sup>30</sup>.

De facto, é um dado adquirido que já na década de setenta se refere que *«a regulamentação de um parque nacional ou de uma reserva aberta ao público deve prever disposições que preservem a natureza de uma "erosão" humana consecutiva à vaga de visitantes»*<sup>31</sup>. Daí que, a organização espacial das estruturas recreativo-turísticas esteja cada vez mais subordinada à natureza dos valores naturais e culturais dos respectivos espaços<sup>32</sup>, já que se reconhece que a actividade turística dá lugar a uma nova forma de exploração do espaço, infinitamente subtil e perigosa, portadora de poderosos condicionalismos económicos e duma violência social difusa<sup>33</sup>. Assim, a organização espacial do turismo em parques e reservas naturais é de premente necessidade. Particularmente em Portugal, onde a componente ambiental é ainda um recurso abundante e barato, em termos económicos, as estratégias de desenvolvimento turístico devem expressar vias próprias de

<sup>29</sup> Cfr. Adolfo MACEDO, *op. cit.*, 1987, p. 125.

<sup>30</sup> Cfr. Maria BUCHINGER, «Los parques nacionales y otras áreas recreativas: su uso y abuso» in 2º Seminário Internacional sobre *Áreas Naturais e Turismo*, 1971, p. 16. <sup>o</sup> Acerca destas questões, ver Jean DORST, *Antes que a natureza morra*, trad., Edgar Blucher, 1973, pp. 367-372.

<sup>32</sup> Veja-se Jean-Pierre LOZATO-GIOTART, *Géographie du tourisme*, Paris, Masson, 1990, pp. 90-98.

<sup>33</sup> Cfr. Jean-Luc MICHAUD, *Le tourisme face à l'environnement*, col. "Le géographe", Paris, PUF, p. 11.

compatibilização entre turismo e natureza e não adoptar modelos e formas já ultrapassadas em outros lugares e países.

Em Portugal, através do Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de Julho<sup>34</sup>, foram instituídos outros tipos de Áreas Protegidas. O Turismo assume nesse diploma uma importância declarada, através da definição da *reserva de recreio*, onde se considera que o turismo não é mais que a comercialização do recreio e que esse recreio terá de ser compatível com a defesa do meio natural e do equilíbrio ecológico. Mas, em geral, esta intenção de preservação está também no campo dos comportamentos do turista. Hoje, temos que privilegiar um comportamento-tipo de turista, que se assemelhe ao que RAPPE (1977) formulou: o turista deve merecer a natureza, deve aprender a observá-la viva, mas nela intervindo o menos possível.

Neste quadro, escolhi um aldeamento do PNPG, o lugar de Várzea da freguesia do Soajo, no concelho de Arcos de Valdevez, de forma a evidenciar o seu quadro de relações em termos de ecologia humana, os seus problemas actuais e futuros e o papel integrador do turismo (fig. 1), não esquecendo que o Geres é referido como um dos locais do País onde a "erosão" humana provocada pelo recreio e pelo turismo mais se tem feito sentir. Daí o interesse do seu estudo, perseguindo soluções de equilíbrio entre o turismo, segundo HAULOT (1985) um elemento extremamente potente de degradação e poluição, e o interesse, a mais longo prazo, da comunidade humana, qualquer que seja a escala em que se insere.

Mas, para além da montanha, é a faixa litoral que mais significado tem tido no chamado espaço turístico. Segundo Henri NONN, à espontaneidade e às especulações particulares de mais de cem anos, vieram juntar-se, há pouco tempo, as intervenções do Estado e de grandes colectividades financeiras, que urbanizaram amplas áreas costeiras preparando-as para receber centenas de milhares de visitantes durante uma estação<sup>36</sup>.

O *ecotone* litoral de Portugal é caracterizada por uma apreciável concentração de recursos naturais, de entre os quais os recursos biológicos marinhos foram um dos principais factores de atracção e fixação de populações. Ora, é esta pressão humana que concorre, através dos mais diversificados usos, para a delapidação dos recursos litorais.

Portugal adoptou, em 1981, a Carta Europeia do Litoral na sequência da Conferência das Regiões Periféricas da Comunidade Europeia, com o compromisso de controlar o turismo e desenvolver «*ura turismo adaptado a cada região e respeitador do seu património natural e cultural*»<sup>31</sup>. Dada a complexidade do conceito e expressão territorial de litoral, considera-se de um ponto de vista técnico-legal que a zona litoral abrange uma faixa, para

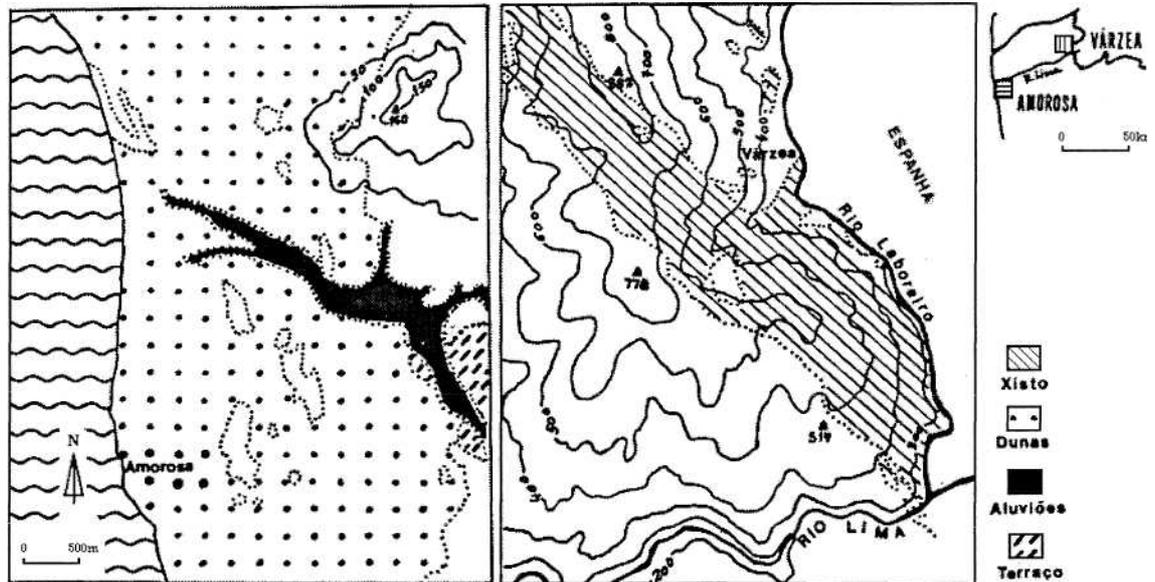
---

Definição legal de reservas, paisagem protegida, etc.

<sup>35</sup> A componente recreativo turística é explícita na definição de Parque nacional, Paisagem protegida e Parque natural.

<sup>36</sup> Cfr. Henro NONN, *Geografía de los litorales*, Madrid, Akal, 1987, p. 155.

<sup>37</sup> Cfr. MAI-CCRN, *Carta Europeia do litoral*, trad., Porto, Comissão de Coordenação da Região Norte, 1982, p. 20-31.



**Figura 1 — Localização e substrato geológico das povoações da Várzea e da Amorosa**

o interior, de 2000 metros de largura a partir da linha de máxima praia-mar de águas vivas equinociais<sup>38</sup>.

Focalizando a integração do turismo no espaço litoral, surgem-nos, no caso de Portugal, algumas contradições ao nível da coerência e correcção de práticas de administração e gestão territorial. E o caso do recente diploma que define o regime de gestão urbanística do litoral, o qual isenta de alguns procedimentos legais, particularmente de princípios a observar na ocupação, uso e transformação da faixa costeira, as estruturas turísticas hoteleiras<sup>39</sup>.

Para o litoral do Alto Minho, é nossa intenção abordar estas questões de organização e desenvolvimento turístico e o seu grau de adequação ao quadro da ecologia humana, tomando como exemplo uma povoação costeira característica do Noroeste português (fig. 1).

## 2. Os espaços-casos no Alto Minho

De um ponto de vista geográfico, mostramos que o Alto Minho não tem uma equidade regional. Daí que também o turismo a não possa ter, porque há contrastes naturais vincados, que condicionaram a capacidade biogénica dos solos e, conseqüentemente, influenciaram as diferentes aptidões dos espaços. Como resultado destes factores, a ocupação humana e o qua-

<sup>38</sup>Cfr. MPAT-SEALOT, *Ordenamento do litoral*, 14, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território, 1990, p.17.

<sup>39</sup> Cfr. Artº 2º do Decreto-Lei nº 302/90, de 26 de Setembro.

dro das estruturas criadas pelo homem deram origem à oposição entre o litoral e o interior, "fracturando" a região em duas sub-unidades com valores e problemas diferenciados.

O interior regional, face às suas condições ecológicas e ambientais, foi vítima, nas últimas décadas, dum processo de empobrecimento das suas capacidades humanas e desenvolvimentais, como resultado da «fuga» de população, o que conduziu a um enfraquecimento do seu tecido social e económico. Desde longa data que a família é o centro de todo o sistema produtivo. Afectada que foi a unidade familiar, o interior defronta-se com a feminização e o envelhecimento da sua população, pelo que a valorização de algumas actividades ajustadas às condições naturais se encontra diminuída, face à desertificação humana das zonas serranas. Pelo contrário, o litoral protagonizou um notável dinamismo demográfico e económico, ao dispor de recursos naturais mais diversificados e, assim, potencializar a jusante o desenvolvimento de actividades de produção de bens e serviços.

A este quadro acrescenta-se que, para o conjunto dos recursos naturais potencializadores da actividade turística, os valores paisagísticos, tanto do litoral como do interior, ainda são reconhecidos como um recurso competitivo em relação a todo o País. Mas o grau de competitividade está, contudo, dependente do estado dos ecossistemas e áreas naturais, do modo como actualmente se organiza o espaço e da qualidade estética da paisagem. Nas duas últimas décadas, evidenciaram-se sintomas preocupantes a nível da organização física do espaço: nas áreas de habitat disperso, com longos séculos de existência, essa dispersão agudizou-se, através da casa do emigrante que só muito raramente comporta um grau de qualidade e harmonia estética e de funcionalidade com o meio envolvente; nas áreas de habitat concentrado, surgem casos de nítida dispersão, o que coloca problemas de ordenamento e gestão territorial a nível do município.

Por estas razões e num horizonte de longo prazo, o Alto Minho necessita de agregar um conjunto de forças endógenas, doseadas e combinadas com as "pressões" externas, de forma a que a sua unidade socio-cultural se perpetue e, desta forma, consolide uma acção de defesa e valorização do seu diversificado património. Só assim será possível uma coesão social e económica do Alto Minho.

Vem a propósito lembrar que Jorge DIAS (1977) põe em causa a economia moderna quando esta atenta contra um sistema de valores duma comunidade humana, escrevendo que «o grupo social em questão pode não só tornar-se *«disfórico»*, como mesmo entrar em verdadeiro estado de *desintegração social»*<sup>40</sup>. Por isso, os factores de desregulação económico-social são quase sempre perigosos, porque extinguem os laços de herança e de identidade, bem como diluem as tradicionais manifestações de coesão social e cultural do homem. Ora a nossa abordagem mostra que o turismo pode

---

<sup>40</sup> Cfr. Jorge DIAS, op. cit., 1977, p. 45.

participar, em larga escala, para a dimensão destes problemas, desde que antecipadamente não exista uma consciência real e efectiva dos seus impactes. Daí que, para Arthur HAULOT, os efeitos negativos do turismo poderão ser medidos, limitados, travados e corrigidos, na medida em que deles se tome uma consciência suficiente<sup>41</sup>.

### 2. 1. A povoação de *Várzea* no Parque Nacional da Peneda-Gerês

Encastoadada quase a meio de uma vertente do sistema orográfico da serra do Soajo, no *terminus* de uma única estrada, de terra batida, que do Soajo se dirige para nascente até à fronteira, no vale do Laboreiro, encastela-se, a meio da vertente, um conjunto de construções compactas, distendidas ao longo de uma curva de nível e, por isso, a bordejar os campos em socalcos. Eis o quadro geral de um pequeno lugar habitado, a aldeia de *Várzea*, separada de Espanha pela raia húmida do rio Laboreiro. Esta aldeia, integrada no Parque Nacional da Peneda-Gerês, é um dos mais afastados lugares da freguesia de Soajo, que administrativamente pertence ao concelho de Arcos de Valdevez.

O rio Laboreiro, afluente da margem direita do rio Lima, corre numa direcção geral NE-SW, em vale de fractura, ligeiramente apertado, e constituindo fronteira em grande parte do seu percurso. Pela vertente oriental de um interflúvio, e na margem direita da bacia do Laboreiro, drenam algumas linhas de água, a Norte o rio da Peneda em parte com a função de limite administrativo entre freguesias. E aí, à latitude aproximada dos 41° 54'N, à longitude dos 8° 12' 30"W e entre as cotas dos 360-400 metros de altitude, que está implantada a povoação de *Várzea*, onde uma ruptura de declive criou a deposição de camadas terrígenas, tanto de vertente como de acumulação aluvial, potencializando, dessa forma, que as casas, de construção simples e com pedra aparelhada, tosca e sobreposta, se erguessem sobre esse declive natural do terreno.

*Várzea* é denominação que quer dizer terra chã, irrigada e cultivada. Ora as características deste vale levam-nos a compreender o nome e a implantação da povoação. Assente em rocha granítica mas muito próxima do limite com o xisto, os socalcos agricultáveis nasceram onde a profundidade das camadas terrígenas e a morfo-topografia facilitaram a produção de bens alimentares e energéticos. Mas a riqueza desse espaço de produção é devida aos pequenos eixos fluviais que rasgam transversalmente o vale, pelo que se evidencia que são estes acidentes hídricos a razão do enquadramento e relativo alargamento do espaço agrícola ao longo do vale. Por esta razão, compreende-se o posicionamento e a existência dos micro-lugares de *ínsuas* e *Soutelinho*, bem como a rede de caminhos e a dispersão de propriedades muradas (fig. 2). A dispersão foi sempre contrariada pela crescente necessidade de obter recursos de subsistência humana, mas tam-

<sup>41</sup> Cfr. A. HAULOT, «O turismo: actividade autárquica ou acção ao serviço do homem» in *Bios, Conservação da Natureza*, Jan./Fev.~ 23, Lisboa, LPN, p. 7.

bém pela necessidade de coesão social, única via de adaptação a ambientes adversos e de relativo isolamento. A ligação, por estrada, com os outros lugares do Soajo, implantados no extremo oriental do vale do Lima, foi criada e executada na década de setenta e primeiros anos da década de oitenta, pelo Parque Nacional da Peneda Geres e Câmara Municipal de Arcos de Valdevez. E a dimensão das vias e a rede interna dos seus caminhos o melhor exemplo dos condicionalismos geográficos e da vontade férrea do homem de aí se perpetuar.

O carácter mais vincado da paisagem é o "modelo" de organização espacial das estruturas humanas. Face ao quadro das aptidões da terra, o núcleo residencial desenvolveu-se no limite entre *o ager* e *o saltus*, demonstrando uma vontade racional de fruição do espaço, com o nítido intuito de tirar partido da sua diversidade biogenética, mas também da melhor acessibilidade aos recursos, tanto hidro-agrícolas como florestais.

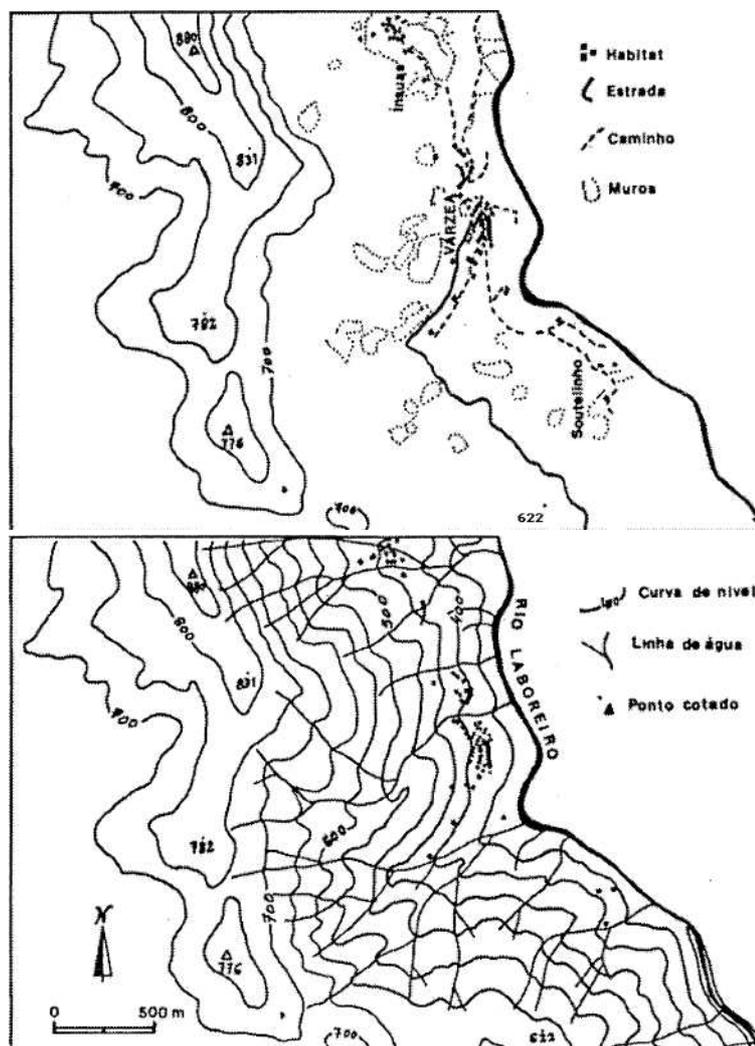
O topónimo *Soutelinho* (muito pequeno Souto) é comum e típico destas zonas e tem as suas raízes na ocupação humana pelo menos medieval. Os soutos eram manchas arbóreas de carvalhos e castanheiros, ricos numa fauna própria que fornecia os indispensáveis recursos alimentares. Tendo sido objecto de uma intensa ocupação humana, reduziram-se às faixas das quebradas, onde na Idade Média foram intensamente utilizadas para pastoreio de suínos. Foi nestas manchas de souto, quase sempre a meia vertente, que se instalaram os lugares habitados, porque o homem também aí obtinha os referidos recursos e outras fontes de alimentação, algumas das quais vieram a constituir reservas energéticas em períodos de crise. Hoje, esses lugares habitados absorveram o topónimo, reflectindo os laços e a estrutura de uma ecologia humana que ainda perdura.

A montante da povoação, é o domínio da vida selvagem, dos incultos (servindo de pastagens naturais), dos recursos florestais e cinegéticos, enquanto a jusante fica a zona de veiga, dos campos agricultáveis e dos prados cultivados<sup>42</sup>. Portanto, nas superfícies declivosas e de maior altitude é o domínio do coberto vegetal natural, aí florescendo a flora espontânea, ao lado de espécies florestais introduzidas pelo homem. Nas áreas de cota mais baixa e menor pendor, o homem moldou o território, tornando-o menos natural, pela actividade agro-pastoril. Deste modo e desde muito cedo, os grupos humanos retiraram deste meio os recursos de que necessitavam. Para as casas, espigueiros, eiras, moinhos e grande parte dos muros de sustentação fizeram blocos de granito e para os telhados talharam "fatias" de xisto, mais tarde substituídas por telha; do «monte», reservatório de pastagem e caça, vinha o mato, para adubação, e alguma lenha; do «campo» vinham os recursos alimentares. Bastando-se a si própria, num

---

<sup>42</sup> Em artigo recente de Rosa F. Moreira da SILVA, «A aldeia da Várzea (Serra do Soajo): situação actual e a inundaçã, para breve, da sua veiga» in *Revista da Faculdade de Letras*, col. "Geografia", I série, vol. 1, Porto, FLUP, 1985, p. 5-32, abordam-se significativos aspectos da sua geografia rural.

Figura 2 — Enquadramento geográfico da Várzea



regime de auto-subsistência, foi o milho, o centeio, a batata, os legumes e frutos, o vinho americano e a criação de gado os recursos fundamentais do seu quotidiano.

A posse colectiva de parte do monte, onde a pastorícia ainda se manifesta, em «vezeira»<sup>43</sup>, anda associada à exploração individual da terra, com a maioria dos trabalhos agrícolas a beneficiarem da entre-ajuda da comunidade. Nos campos, um muro e valado, ladeando um estreito caminho (*Caneja*) de acesso à veiga, é divisória de um antigo afolhamento bienal, e

<sup>43</sup> Termo para classificar a actividade pastoril constituída por rebanhos pertencentes a diversos donos mas à guarda de um pastor da aldeia que se vai revezando.

corta os socalcos perpendicularmente, no sentido nascente-poente, não tendo hoje em dia aquela função. A estrumação e o carinho com que a actividade agrícola foi praticada, aliada à bio-diversidade de plantas cultivadas possibilitou uma maior intensividade do solo. Por outro lado, ao respeitar um espaço vital (os campos agrícolas), a comunidade assegurou o seu futuro cultural. Por isso, os seus habitantes têm orgulho em afirmar que *nesta terra há necessitados, mas não há pobres*<sup>44</sup>.

Mas a década de oitenta atentou contra este sistema de valores. O rio Lima, na sua entrada em Portugal, e a jusante da foz do rio Laboreiro, possuía, desde a década de vinte, uma barragem, chamada do Lindoso, e hoje submersa pelo enchimento da albufeira da nova barragem (agora chamada do Alto Lindoso e pertencente à segunda geração de barragens do País), com 110 m de altura máxima, de que resultará uma área inundada de 1072 ha<sup>45</sup>. Desde 1983 que se iniciaram os primeiros trabalhos relacionados com a expropriação dos terrenos que iriam ser inundados, a maioria deles na parte espanhola e uma parte no vale terminal do rio Laboreiro. Presentemente, a albufeira está a encher, prevendo-se que a sua cota máxima atinja os 338 m. A esta altitude, o limite das águas extingue para sempre os belos e pitorescos socalcos agrícolas da Várzea (fig. 3). Assim, a aldeia verá o seu "coração" afogado pelas águas, realidade que já causa importantes transformações sociais e económicas a esta comunidade. É o tradicional e secular *modus vivendi* que está em questão.

Em consequência disto, a povoação ficará privada de espaço e recursos agrícolas. Mas desfruta de uma extensa toalha líquida e considerável superfície de bravio ou monte. Face a estas mutações, uma nova paisagem se terá de (re)organizar. Mas é a comunidade humana que nos deve preocupar, porque as vias que ela poderá trilhar são opostas: uma, é a procura de um novo equilíbrio ou compensação (em geral de cariz económico) para satisfazer a perda dos valores tradicionais; a outra, é a desorganização social manifestada, na maioria dos casos, pela emigração definitiva, para não cair em fenómenos de disfunção social.

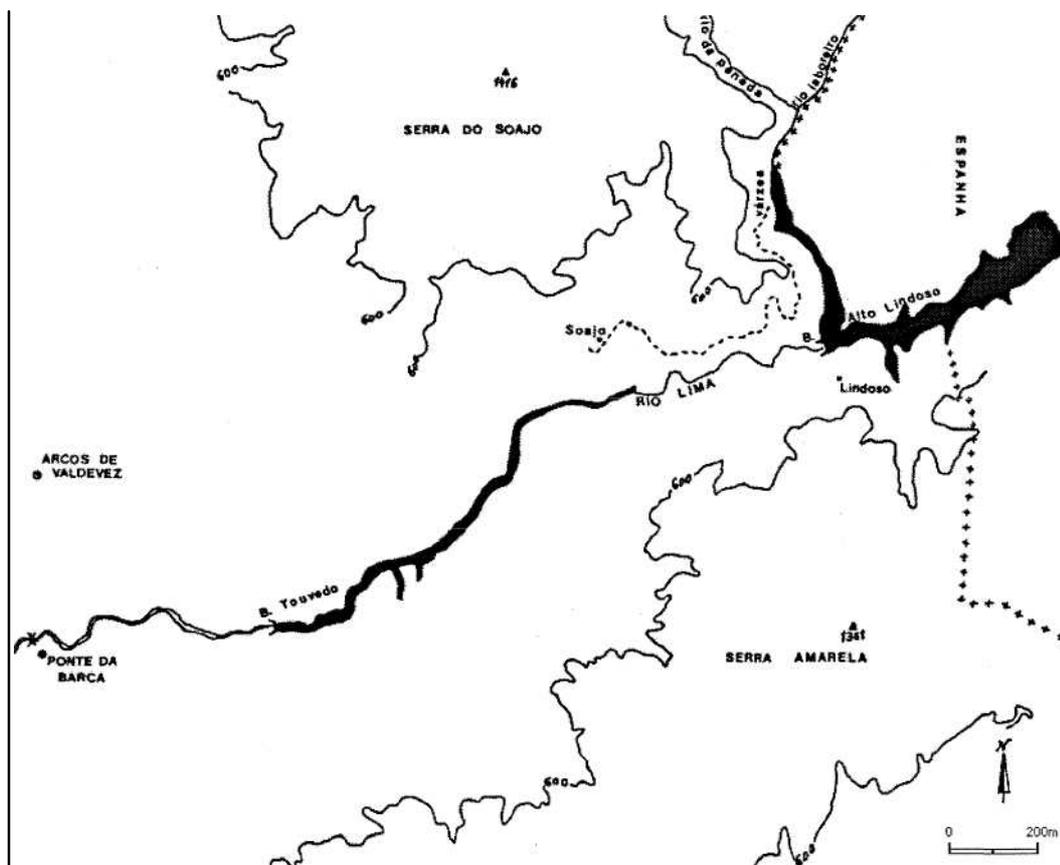
Numa óptica de ecologia humana, as novas condições geográficas da Várzea comportam potencialidades que importa explorar. Os seus recursos paisagísticos não devem ser menosprezados.

Ao bordejar o limite da extensa toalha líquida da albufeira do Alto Lindoso e com o "monte" como fundamental reserva biogenética, eis o cenário que presentemente se depara à povoação da Várzea (fig. 2 e 3).

De acordo com o Censo de 1981, a povoação da Várzea registava uma população de 145 habitantes, dos quais 55 eram homens e 90 mulheres. O

---

Alguns dados aqui registados sobre a aldeia da Várzea, são o resultado de uma observação participante, de trabalho de campo, em resultado de ter pertencido à direcção de dois Campos de Trabalhos, realizados nesta aldeia, e organizados pelo FAOJ em 1983 e 1984.<sup>45</sup>  
Cfr. EDP/EP, Aproveitamentos hidroeléctricos de Alto Lindoso e Touvedo, Direcção Operacional de Equipamento Hidráulico, Maio de 1990.



**Figura 3 — Barragens e áreas a submergir pelas águas da albufeira no Vale do Lima**

número de famílias totalizava 53 e os alojamentos e edifícios eram em número de 60<sup>46</sup>. Mas, em 1983, a sua população era de 143 indivíduos (56,6% de mulheres e 43,4% de homens), tendo uma estrutura etária típica de uma área serrana, com os seguintes valores: entre 0-19 anos existiam, respectivamente, 32,3% e 25,9% de homens e de mulheres; entre 20-39 anos 17,7% e 27,2%; entre 40-59 anos 27,4% e 22,2%; e, com mais de 60 anos, 22,6% e 24,7%. Da actividade agro-pastoril provinham 76,6% dos recursos económicos dessa população, indicando-se que a agricultura estava na base da profissão de 75,5 % dos membros dos agregados familiares. No que diz respeito à habitação, esta aldeia possuía 47 casas com família, de dois pisos, com o rés-do-chão a servir de corte para o gado em 72,3% delas, e 55,3% das casas anexando um *quinteiro* (pequena horta).

Outras características dessas casas eram as seguintes: 72,3% delas

<sup>46</sup> Cfr. I.N.E., XII Recenseamento geral da população: resultados preliminares: distrito de Viana do Castelo, 1983.

possuíam uma construção à base de materiais tradicionais (pedra e madeira) e só 27,7% de betão e tijolo; 19,2 % somente comportavam até duas divisões, 48,9 % com três e quatro divisões, e só 31,9% tinham mais de cinco divisões; 76,6% das casas tinham pavimento de cozinha em pedra e soalho de madeira, 19,1% de outros materiais e 4,3% eram em terra; 91,5% das habitações possuíam energia eléctrica e 8,5% possuíam iluminação a petróleo; 46,8% dessas habitações tinham torneiras de água dentro de casa, enquanto que 22,7% possuíam torneiras exteriores e 25,5% não tinham água por meio de torneira; finalmente só 8,5% das habitações possuíam telefone, 40,4% televisão e 46,8% tinham rádio<sup>47</sup>.

Nestes últimos anos, o nosso contacto com a aldeia permitiu-nos evidenciar que alguns naturais emigrados começaram a construir (ainda que em número reduzido) a sua nova habitação, tendo em consideração esta nova realidade. Contudo, a fuga dos jovens para outros destinos é fenómeno tradicional e será ainda maior. Daí que façamos apelo ao turismo, como uma das actividades que, racionalmente ordenada e gerida, poderá desencadear e acalantar uma via de desenvolvimento para que o grupo humano recrie uma nova coesão social e económica.

O quadro de desenvolvimento turístico tem de ser alicerçado e equacionado em bases sólidas, fazendo apelo às aptidões do solo, aos recursos demográficos e socio-culturais, mas também a condicionantes de natureza geográfica e ecológica. Por conseguinte, uma condicionante é o estatuto e os objectivos de parque nacional. Porque o Parque Nacional da Peneda-Gerês engloba populações residentes, duas vertentes têm de ser observadas, isto é, por um lado, a prossecução de acções de *conservação* e, por outro lado, que essas acções se compatibilizem com o desenvolvimento socio-económico da região. Ora o turismo é uma das componentes desse desenvolvimento que faz afluir às áreas com um significativo somatório de valores naturais e culturais uma população não residente, os turistas, capazes de fomentarem a aplicação de três princípios, definidos na Conferência sobre os Patrimónios Naturais da Europa, que decorreu no Peak National Park, em 1985, desta forma mencionados: 1<sup>o</sup>) O turismo é uma justificação económica para a conservação; 2<sup>o</sup>) O turismo é um meio de consolidar o apoio à conservação; 3<sup>o</sup>) O turismo pode fazer afluir recursos à conservação<sup>48</sup>.

Mas esta via tem de ter um horizonte de médio e longo prazo. Em que bases? Considerando os factos que temos vindo a expor, as bases estratégicas a explorar circunscrever-se-ão ao *sistema de uso humano* praticado na Várzea, com o seguinte enquadramento: a) afectar uma superfície significativa de «monte» para a recuperação natural, isto é, assegurar condições para uma sucessão climática, suporte biogeográfico fundamental da paisa-

---

<sup>47</sup>Estes dados resultaram de um inquérito realizado pelos finalistas da Escola de Enfermagem de Viana do Castelo ao universo da população desta aldeia. Cfr. Relatório do campo de trabalho sócio-sanitário de Várzea-Soajo, E.E.V.C., Outubro de 1983.

<sup>48</sup>Cfr. Aristides G. LEITÃO, «Turismo nas áreas protegidas», in P Congresso de Áreas Protegidas, Lisboa, SNPRCN, 1987, p. 717-720.

gem e, desta forma, contrariar e limitar as consequências da florestação praticada; b) acarinhar as actividades económicas tradicionais, com melhores condições de sustentação social, através de apoios técnicos e financeiros, como forma de revitalizar e assegurar o quadro de vida nesta aglomeração; c) sustentar os indícios de desvirtuação do património cultural edificado, valorizando a estrutura e os materiais tradicionais, e apoiar a melhoria das condições socio-sanitárias das habitações serranas, no quadro de competências assumidas e em vigor; d) estudar e criar, em locais mais apropriados, novas áreas agricultáveis de *outfield*, como uma das formas de compensação das terras agrícolas submersas e, assim, responder a uma economia do ambiente; e) desenvolver novas actividades económicas, como sejam formas de recreio e de turismo, ajustadas às actuais condições geográficas e com um mínimo de *impacte*; f) implementar, no fundo, um desenvolvimento com base endógena, que faça apelo à participação da população local, que integre os seus usos e costumes e as suas típicas manifestações culturais.

Os agrupamentos vegetais constituem, hoje em dia, indicadores das condições do meio e testemunhos da vocação das paisagens. Daí que esta componente seja um instrumento de análise para a valorização duma região. Estas propostas deverão ser enquadradas no conjunto da análise inicial, ou seja, tomando em conta que as zonas serranas, sofrem actualmente, por um lado, as consequências de uma intrusão exógena praticada desde há cerca de meio século no seu ecossistema e, por outro lado, uma desertificação humana que, ao empobrecer as relações ecológicas seculares entre o homem e este meio natural, potencializa uma nova aptidão do espaço e obriga a procurar um novo equilíbrio de relações dessas comunidades humanas com a natureza.

A procura de um novo equilíbrio deve-se enraizar nas actividades com maior potencial e ecologicamente adequadas. Está, neste caso, a criação de gado que, segundo os dados publicados referem, o aldeamento da Várzea possuía antes da florestação, nos seguintes quantitativos: um valor de 700 cabeças de bovinos, 400 de ovinos e 3 000 de caprinos; e, depois da florestação, esta actividade perdeu importância, na medida em que passaram a possuir somente cerca de 500 animais bovinos, 300 ovinos e 700 caprinos<sup>49</sup>. Por conseguinte, a florestação limitou e condicionou as actividades de sustentação desta população, o que veio provar o carácter perturbador das acções exógenas, quando não têm em devida conta os impactos sobre a economia local. Portanto, isto evidencia um empobrecimento do tecido socio-económico desta população, tanto mais grave quanto sabemos que a maior fatia das receitas da florestação é canalizada para fora deste *sistema de uso humano* e de produção.

Por estas razões, o desenvolvimento da actividade turística terá de

---

<sup>49</sup> Cfr. Cláudio C. LEÃO, *Marginalisation et développement des zones de montagnes méditerranéennes: le cas de la commune de Soajo au Portugal*, Institut Agronomique Méditerranéen de Montpellier, s/d, p. 58-59.

submeter-se ao quadro da ecologia humana serrana e aos processos que melhor assegurem a conservação da natureza, ou seja, escolher a via "desenvolvimentista" que permita manter a perenidade dos valores e o carácter "atractivo" dos lugares. Daí que o turismo tenha um papel integrador a desempenhar nas áreas de *conservação da natureza*, através de um estilo de turismo, de um tipo de oferta e promoção turística, de um grupo de consumidores turísticos, de uma *carga* turística e de uma animação socio-cultural que seja harmónica e respeitadora da fragilidade dos recursos naturais em que o turismo se apoia.

## 2. 2. A aglomeração de Amorosa no litoral de Viana do Castelo

No litoral entre os rios Lima e Neiva, ao pé da linha de costa e varrido pela nortada e pelas brisas marítimas, existe um pequeno lugar, chamado de Amorosa, pertencente à actual freguesia de Chafé, do concelho de Viana do Castelo. Implantado entre as dunas de areia, parte delas cobertas de pinhal, as construções aí edificadas são muito recentes e entroncam na dinâmica das actividades agro-marítimas, potencializadas por uma significativa faixa rochosa *intertidal*, funcionando como fonte e reservatório de recursos biogenéticos marinhos (fig. 1).

Numa descrição do nosso litoral, em 1891, se diz que «*na primeira elevação das dunas, adjacentes à praia, algumas barracas ou cabanas e um posto fiscal aduaneiro*» formavam a primitiva povoação, que nessa altura correspondia a um dos muitos portos do sargaço existentes no litoral norte, sendo esse porto denominado de Moinho do Bispo<sup>50</sup>. Esta descrição, complementada com dados recolhidos no local<sup>51</sup>, atesta que essas construções funcionavam como apoios de Verão às actividades de pesca e de recolha de algas marinhas para adubação orgânica das terras, tendo um carácter sazonal<sup>52</sup>. Mas neste século esse carácter temporário desapareceu, dando origem a um aglomerado populacional permanente, função de condições ecológicas e económicas muito particulares, e perpetuado numa inscrição embutida numa das casas térreas ainda existentes na Amorosa, com os seguintes dizeres: «*Em 1911 I Francisco Arezes Novo / criou o / Lugar da Amorosa / Anha*»<sup>53</sup>.

<sup>50</sup> Cfr. Baldaque da SILVA, *Estado actual das pescas em Portugal*, Lisboa, I.N., 1891, p.83-92.

<sup>51</sup> Vide J. da Cruz Lopes «Formações dunares no litoral do Alto Minho», Separata do Boletim do Centro de Estudos Regionais Viana do Castelo, 1987, p. 2.

<sup>52</sup> Vejam-se vários exemplos citados por Rocha PEIXOTO (1898), um dos quais é o local em análise, acerca do qual escreveu que «*No littoral minhoto os grupos de barracas ou telheiras que mesclam a praia constituem, as mais das vezes, abrigos para os utensílios destinados à colheita das algas e propositadamente edificados sob esse intuito, mercê do papel attribuido áquella especie de adubo agrícola*. Cfr. Rocha PEIXOTO, *Os Palheiros do Litoral, Portugália*, Lisboa, I (1-4), 1899-1903, p.85.

Noutra obra, o lugar de Amorosa é um dos locais citados «*em que se fixaram essas populações pobres de cabaneiros, para quem o sargaço é apanhado para venda*». Cfr. Ernesto Veiga de OLIVEIRA *et ai.*, *Actividades agro-marítimas em Portugal*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura e Centro de Estudos de Etnologia, 1975, p. 47.

<sup>53</sup> Cfr. J. da Cruz LOPES *et ai.*, «Tradições marítimas de Anha: tecnologia da apanha do

No século passado, o coberto de pinhal não possuía a extensão que hoje tem, ou seja, o pinhal encontrava-se circunscrito mais para o interior da formação dunar e adjacente aos campos agricultáveis. E a documentação que o comprova, ao mencionar que o litoral do concelho de Viana do Castelo «*tem extensos areiaes onde se deve proceder à sementeira dos pinheiros [e que] a sua plantação nos montes e areiaes faz com que as terras se consolidem [...] e também impossibilita que se reduzam à esterilidade os terrenos lavrados confinantes com os areiaes, por isso que existe então entre uns e outros uma barreira vegetal que os separa*»<sup>54</sup>. Por conseguinte, uma significativa faixa de terrenos arenosos da beira-mar estava despida de um coberto arbóreo destinado a reduzir a dinâmica natural das areias, isto é, o seu avanço para o interior, facto que ocorria constantemente desde há longa data, como o comprova alguma documentação histórica disponível relativa ao passado de muitas localidades próximas do litoral e de estuários. No caso, a área em questão sofreu o impacto da invasão das areias de dunas, atestada pela extensão actual da mancha dunar, pelo topónimo *Areia*<sup>55</sup>, correspondente a um lugar habitado (da freguesia de Chafé) e com significativo número de população, e pelo registo documental de que «*Santiago de Anha antigamente era a Parochia Matriz Nossa Senhora das Áreas, mas crescerão estas tanto, que a Freguesia, e Igreja se submergirão com ellas, e muitas marinhas de sal*»<sup>56</sup>.

Mas desde finais do século passado e inícios deste que o esforço da florestação dos areais costeiros deu os seus frutos<sup>57</sup>. O pinhal avançou para muito próximo da linha de costa, mercê desse esforço humano e da resistência do pinheiro ao fenómeno de *salsugem* e da sua aptidão a terrenos siliciosos marítimos e à humidade atmosférica, o que propiciou a relativa estabilização dos cordões arenosos, a criação de núcleos e faixas de campos agrícolas, quase sempre ao longo de linhas de água que drenam para o mar. Assim, as dunas secundárias, até aí instáveis e muito dinâmicas, passaram a ser dunas arborizadas e a possuir uma relativa estabilidade.

A Sul e muito próximo do local da actual povoação, correm duas pequenas linhas de água. O contacto directo com esta área mostrou o que a car-

---

sargaço», Sep. do *Boletim de Festas de Vila Nova de Anha*, Viana do Castelo, 1987, p. 13-20.<sup>54</sup>  
Cfr. Eusebio C. P. Furtado COELHO, *Estatística do districto de Vianna do Castello*, Lisboa, I.N., 1861, p.237-40.

Neste lugar, a recente investigação arqueológica provou, pelos vestígios postos a descoberto, ser o local da antiga paróquia medieval de S. João de Ester, que desde o século XVI deixou de constar na documentação, pelo facto de ter sido soterrada pela avanço das areias do mar. No local da intervenção, no limite SW do lugar supracitado, o depósito de areias de duna é de cerca de 30 cm. Vide A. Antunes de ABREU, «1987-1988: dois anos de pesquisa em Arqueologia Medieval e Moderna, in *Cadernos vianenses*, Viana do Castelo, 14, 1990, p. 155-162.

<sup>56</sup> Cfr. António Carvalho da COSTA, *Corografia portugueza e descrição topográfica...*, 2- ed., Braga, Domingos Gonçalves Gouveia, 1868,1, p. 270.

<sup>57</sup> Alguns aspectos desse esforço são aflorados no artigo de Carlos M. L. BAETA NEVES, «Flora, fixação e aproveitamento turístico das dunas em Portugal», Separata da *Gazeta das Aldeias*, n.º 2720/21 e 2723,1972, 22 pp.

tografia tenta espelhar, ou seja, que o terreno de cultivo que ladeia a linha de água mais a Norte é maioritariamente amanhado pelos habitantes do lugar e motivou a abertura, na década de sessenta, de uma estrada de acesso à E.N. 13-3, e que corre ao longo do seu traçado. Por outro lado, a acessibilidade destes campos arenosos agricultáveis tornou-se cada vez maior, através do arroteamento progressivo de retalhos de dunas<sup>58</sup>, dando origem a que o contacto das construções com o espaço agrícola passasse a ser feito por sueste. O homem criou, por conseguinte, uma base de sustentação biogeográfica (a Norte uma faixa de protecção arbórea de pinhal, que reduzia a instabilidade e o avanço das areias, e a Sul um espaço de produção) fornecedora de uma variedade de recursos que potenciaram a fixação de uma população agro-marítima e um *sistema de uso humano* harmonioso e ajustado às condições ambientais do território em questão (fig. 4).

Portanto, o "modelo" de organização do espaço litoral pelo homem advém de um quadro de relações de ecologia humana, o que explica o recente aparecimento do aglomerado de Amorosa<sup>59</sup>. Este lugar instalou-se na faixa de dunas primárias (fronteiras ao mar), em geral cobertas por um tapete herbáceo descontínuo e de fraca diversidade florística onde pontifica em geral uma espécie espontânea, a *Ammophila arenaria* L.<sup>60</sup>, apresentando uma disposição ligeiramente oblíqua (NW-SE) em relação à linha de costa, indo embater no cordão de dunas secundárias arborizadas de *Pinus pinaster* Sol.<sup>61</sup>.

A Norte do rio Ave, citam-se várias localidades, enquadradas em formações dunares, onde se fixaram populações *para quem o sargaço é apanhado*

<sup>58</sup> O arroteamento das dunas só foi possível através da incorporação intensiva de matéria orgânica à base do sargaço, visto que as dunas são solos quase estéreis do ponto de vista orgânico. Essas algas marinhas fornecem ao solo tanto substâncias orgânicas como minerais, porque são ricas em vitaminas A, BI, B2, B12, C, D e E, e são um elemento «0,5 a 2 vezes mais rico em N[azoto], P[fósforo] e K[potássio] que o estrume dos gados domésticos». Ora, em zonas onde o nível freático está muito próximo da superfície, condição fundamental para a humificação, a acção das biocenoses do solo cria um complexo húmico muito rico, que faculta a fertilidade agrícola do solo dunar. Cfr. P. DUVIGNEAUD, *A Síntese ecológica*, Lisboa, Socicultur, 1977, 11, p. 264-265.

<sup>59</sup> Segundo informação local, a este termo corresponde um dos nomes dados pelos pescadores a um afloramento rochoso existente no mar, na zona intertidal. De facto, na maré baixa, fronteira à aglomeração, sobressai uma fiada de penedos, batidos pelo mar, que têm as seguintes designações: Gião; Lagido; Lagosteira; Amorosa; e Queimado.

<sup>60</sup> Nas formações dunares esta espécie vegetal espontânea está bem adaptada ao meio. Suporta a salinidade e as cristalizações salinas, já que as suas folhas se enrolam quando as condições são desfavoráveis, as suas raízes compridas asseguram a sua fixação a estas areias móveis de origem eólica e muito permeáveis. São estas características que fazem com que esta planta seja perene, se propague espontaneamente e tenha uma taxa rápida de crescimento, contribuindo desta maneira para a consolidação da areia e, em última análise, para uma relativa estabilidade das estruturas dunares.

Os habitantes de Amorosa dão a esta espécie o nome vulgar de feno-das-areias. Também é conhecida por estorno. Na flora de Gonçalo SAMPAIO (1988) não se indica nenhum nome vulgar, somente que ocorre nos *areais marítimos de Norte a Sul* do país.

<sup>61</sup> Na flora de SAMPAIO (1988) indica-se que ocorre nos *terrenos incultos de Norte a Sul do País*, com o nome vulgar de *pinheiro-bravo*. Também lhe dão o nome de pinheiro marítimo e, por isso, haja quem o classifique por *Pinus maritimum*.

*para venda*<sup>62</sup>. É o caso de Amorosa, desde sempre ligada à exploração deste recurso natural para a fertilização orgânica dos campos, e associada à pesca local. Os dados descritos na obra de Baldaque da SILVA (1891) assim o comprovam, ao indicar que as pessoas ao sargaço eram em número de 50; o número de embarcações 7; e o de jangadas 15. Mas o curioso é verificarmos que a povoação vizinha, a Sul (Castelo do Neiva), com um sector costeiro *intertidal* muito mais significativo e rico em recursos algológicos, apresenta dados relativos à apanha do sargaço de importância menor<sup>63</sup>: as pessoas envolvidas no sargaço eram em número de 40; e as jangadas de 7. Ora isto prova a perpetuação de uma realidade, ou seja, que a freguesia de Castelo do Neiva foi sempre mais importante na actividade agrícola e piscatória do que na actividade da apanha de sargaço, se bem que ambas sempre tenham sido complementares. Desde os anos sessenta que muitos sargaceiros eram, ao mesmo tempo, pescadores ou agricultores e vice-versa.

Na década de sessenta e para a costa a Norte de Viana do Castelo, as estatísticas da produção de algas industrializáveis registam, nos anos de 1967-69, valores relativos à exploração e comercialização deste recurso natural, com um quantitativo médio de 533 926 Kg de sargaço seco, totalizando um valor monetário de 256 285\$00<sup>64</sup>. Estes dados permitem ajuizar do valor económico que este recurso natural representava para as populações costeiras. Hoje, este seu valor é cada vez maior, face à cada vez maior procura, determinada pela generalizada adopção da adubação orgânica em detrimento das matérias químicas.

No que diz respeito ao sector costeiro *intertidal* de Amorosa, este encontra-se desligado do lugar de Pedra Alta (lugar costeiro da freguesia de Castelo do Neiva e muito semelhante ao lugar em análise) pela foz de um pequeno ribeiro, que serve de limite administrativo<sup>65</sup>. Aí, o que nós conhecemos em estudo de campo, realizado no ano de 1987, foi que esse ribeiro cortou um maciço de dunas primárias para chegar ao mar, que na margem esquerda da sua foz existe uma zona *intertidal* chamada de Lousado<sup>66</sup>, e que esse sítio tem tradição na apanha de sargaço (fig. 4). A existência de 36 *palheiros* de sargaço atesta ainda hoje os fortes laços que unem essa comunidade humana aos recursos biológicos marinhos, pelo que a difusão e/ou necessidade de mais recursos determinou a actividade da recolha de sargaço para adubação das terras em sectores costeiros limítrofes e mais distantes do povoado primitivo. Estas considerações visam dar um contributo

<sup>62</sup> Cfr. Ernesto V. de OLIVEIRA, *op. cit.*, 1975, p. 47.

<sup>63</sup> Cfr. A.A. Baldaque da SILVA, *op. cit.*, 1891, p. 92-94.

<sup>64</sup> Cfr. JCCP, *Produção de algas industrializáveis na safra de ...*, Lisboa, Junta Central das Casas dos Pescadores/Departamento Técnico, 1967 a 1969.

<sup>65</sup> A essa linha de água a população local chama *Rego do Negro* e à pedra de limite com a freguesia de Chafé, na borda desse ribeiro, chamam *Marco do Rei*.

<sup>66</sup> Trata-se de um micro-topónimo que relacionamos com a natureza geológica predominante da península que aflora neste sector da linha de costa. Na carta geológica 5-C regista-se uma formação de *xistos argilosos do Ordovícico* e zona de jazida de *invertebrados fósseis*, onde foi colhida uma trilobite do género *Synhornalonotus*.

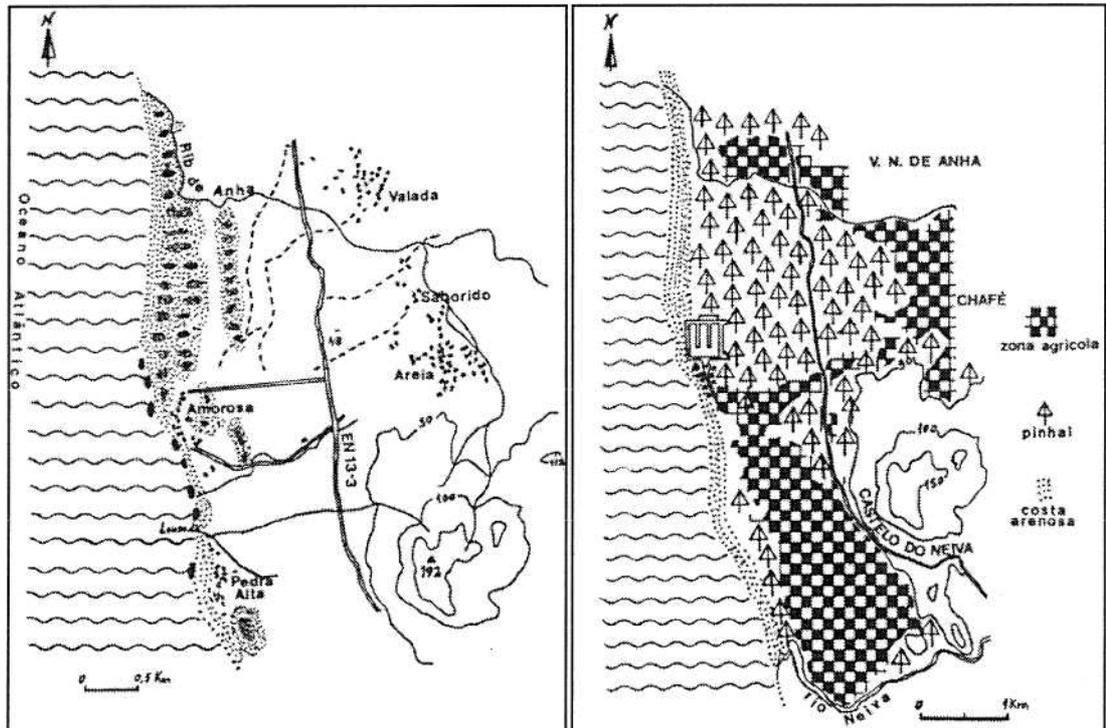


Figura 4 — Organização do espaço litoral da Amorosa

para fundamentar as razões que seguramente estiveram na base do povoamento em Amorosa, bem como compreender a informação local de que os seus primeiros habitantes eram originários de Castelo do Neiva.

Na obra de E. Veiga de OLIVEIRA (1975), insere-se uma foto com as primitivas habitações permanentes de sargaceiros-lavradores em Amorosa, ainda hoje existentes porque foram protegidas da fúria do mar por um pequeno corredor de pedras em 1979/80. Mas o seu aspecto e configuração arquitectónica sofreu profundas alterações em finais da década de sessenta, quando o turismo balnear aí se tornou frequente e popular para certas franjas sociais. No caso de Amorosa, essas alterações formais e funcionais da paisagem foram um pouco mais tardias. Em meados da década de setenta, descreve-se que o povoado se compunha de um sector de construções alinhadas em frente ao mar, já transformadas, e, mais internamente, um casario onde já eram raras as construções em madeira<sup>67</sup>. Progressivamente, assistiu-se à transformação funcional dos primitivos *barracos* de sargaceiros, alguns de madeira em construções mais sólidas, de pedra e reboco, até por vezes com a elevação de mais um piso.

O carácter recente do povoado costeiro em análise pode ser também

<sup>67</sup> *Idem, ibidem*, p. 111.

comprovado pelos dados demográficos. Em 1911, não se regista nenhum quantitativo em fogos e população. Só mais tarde, em 1940, se indica que este lugar possuía 22 fogos, e 96 indivíduos<sup>68</sup>; em 1960, os fogos totalizavam 44 e a população 158 indivíduos<sup>69</sup>; em 1981, os alojamentos registavam o quantitativo de 74 (com 52 famílias) e uma população presente de 209 indivíduos (dos quais 96 eram homens)<sup>70</sup>. Ora estes últimos dados provam o dinamismo demográfico e físico de Amorosa na década de setenta, em grande medida causado pelo tipicismo e qualidade ambiental da sua extensa praia arenosa e também valorizada pela existência de uma unidade de restauração<sup>71</sup>. Com uma significativa superfície de dunas de areia na sua linha de costa de mais de 2,5 Km, esse espaço natural constituía um atractivo e uma potencialidade turística difícil de ignorar, o que vai estar na origem de um empreendimento imobiliário.

Assim, em meados dos anos oitenta, este aglomerado agro-marítimo viu nascer, no seu litoral norte e muito próximo da sua linha de costa, um loteamento residencial, em duas fases<sup>72</sup>, e uma terceira com pretensões recreativo-turísticas, calculada para um mínimo de 3000 e um máximo de cerca de 10000 residentes<sup>73</sup> e ocupando actualmente 342000 m<sup>2</sup> de área dunar, adjacente às dunas primárias<sup>74</sup>. Em termos comparativos, as estruturas edificadas do aglomerado tradicional ocupavam, em finais da década de sessenta, cerca de 47500 m<sup>2</sup><sup>75</sup> e, nos inícios dos anos oitenta, à volta de 70000 m<sup>2</sup><sup>76</sup>. Tendo em consideração as informações recolhidas para os Censos 91, o impacto desta estrutura determinava os seguintes dados: 248 edifícios; 1476 alojamentos; 70 famílias; e uma população presente de 203 indivíduos. Mas o mais significativo são os dados relativos ao núcleo original, que, para esse ano somente registava 12 alojamentos em 10 edifícios, 5 famílias, e uma população presente de 18 indivíduos. De facto, operou-se uma transferência de população em desfavor do núcleo primitivo e a consequência previsível será a progressiva descaracterização socio-cultural deste aglomerado.

Esta nova área residencial foi logo à partida controversa, porque o seu

<sup>68</sup> Valor de população presente.

<sup>69</sup> Valor de população residente. In *X Recenseamento Geral da População (Continente e lhas Adjacentes)*, Tomo 1, Volume 2<sup>o</sup>, Lisboa, INE, 1960, p. 512.

<sup>70</sup> In *XII Recenseamento geral da população, resultados provisórios, distrito de Viana do Castelo*, Lisboa, INE, 1982, p. 30.

Trata-se do Restaurante da Amorosa, que nos seus inícios possuía na penedia *lagosteiros* (construções feitas em pedra, de forma rectangular e quadrada, para manter o marisco vivo), também conhecidos por *viveiros*.

<sup>72</sup> No total, este complexo contemplava 167 moradias e 1 260 habitações em altura.

<sup>73</sup> Cfr. *Jornal de Notícias*, 25 de Setembro de 1987.

<sup>74</sup> Em 1986, a sociedade imobiliária, denominada SOCITUL, deu início aos trabalhos de implementação das infraestruturas do citado loteamento. Essas infraestruturas ocuparam toda a *zona interdunar* e a faixa de *dunas secundárias arborizadas*, as quais tiveram de ser desbastadas para dar lugar à abertura dos arruamentos e à instalação do saneamento básico, água e electricidade.

<sup>75</sup> De acordo com as informações inscritas na folha 5-C da *Carta geológica*, na escala 1:50 000. <sup>76</sup> Cfr. *Plantas topográficas* na escala 1:10 000.

dimensionamento e enquadramento ambiental violavam o quadro de ecologia humana praticado pela população e desrespeitavam alguns princípios e normas adoptadas para um correcto ordenamento e gestão do litoral português: por um lado, violava frontalmente o Decreto-Lei n.º 292/80, de 16 de Agosto, que, no seu artigo 3.º estipula que «são *declaradas cativas todas as formações arenosas situadas na faixa costeira compreendida entre a margem das águas do mar e uma linha paralela ao seu limite interior e dele afastada 1 Km*»; e, por outro, colidia com o espírito que presidiu ao Decreto-Lei n.º 321/83, de 5 de Julho (que criou a *reserva ecológica nacional*), particularmente o seu artigo 2.º. Ao contemplar uma superfície edificada que, ultrapassava os índices aconselháveis para esta área geológica e uma estrutura vertical edificada variada, com construções de dois e até dez pisos, o seu impacto ambiental e paisagístico não poderia ser feliz: antes pelo contrário, deveria constituir um forte argumento para a sua rejeição. Um outro argumento que poderia ser aludido seria a aplicação do princípio de RAPPE (1977), segundo o qual "*1/3 selvagem*" *deveria ser aplicado em todas as zonas turísticas*. Este ordenamento do espaço foi proposto na Bretanha para salvar falésias, estuários e praias. Num contexto actual, em 1980, foi proposto que as estruturas turísticas (de qualidade) deveriam respeitar um índice «*igual a 1.5 turista /ha /ano afim de não deteriorar as dunas arenosas costeiras*»<sup>77</sup>. Por conseguinte, facilmente verificamos que estes dois princípios não foram, no mínimo, respeitados.

Por outro lado, o posicionamento deste loteamento não tinha em conta a dinâmica natural deste meio nem as especificidades dos fenómenos que aí ocorrem. Por isso, o processo de licenciamento deste empreendimento enferrou de graves violações, uma delas já apontada, e, em grande medida, imputadas às entidades da Administração Regional e Local com atribuições e competências nesta área. Muito provavelmente, ignoraram-se, de forma intencional, os sintomas de uma erosão costeira da linha de costa nesta área, com início em 1980, assim como todo o sistema dinâmico das cristas de dunas, as quais se deslocam, no sentido poente-nascente. Num contexto de médio e longo prazo, a intervenção humana aludida não foi coerente nem racional relativamente a estas duas realidades.

De forma mais clara, carreamos para o caso da Amorosa o conhecido ciclo de vida dos pinheiros, estudados no sistema de dunas do Parque Nacional de Donana, no SW de Espanha. Aí constatou-se que, no decurso de quarenta anos, o coberto de pinheiros foi vítima de enterramento pela vaga das areias de duna em movimento. «*A espécie de pinheiros aí existente está muito bem sincronizada com esta sequência de acontecimentos, pois completa o seu ciclo de vida dentro desses quarenta anos. [...] Há provas de que essa sequência se tem mantido na área há muito tempo, a partir dos grãos de pólen fossilizado preservados [nos depósitos de turfa e] de que esta sucessão*

<sup>77</sup> Cfr. Jean-Pierre LOZATO-GIOTART, *op. cit.*, 1990, p. 190

*cíclica decorre há pelo menos 13 000 anos*»<sup>78</sup>. Ora este fenómeno também existe nesta área dunar, como se comprova pela observação de "pinheiros enterrados" e postos a descoberto nos locais de extracção de areias de dunas existentes na Amorosa. Por conseguinte, isto é um aspecto em que o quadro de ecologia humana da área em análise não foi tido em consideração na configuração dos projectos idealizados pelos grupos socio-económicos. Perante isto, exige-se que o sistema de ordenamento e planeamento regional e local formule novos princípios de acção, de forma a aplicar um planeamento de uso ecológico<sup>79</sup>.

De facto, só com um planeamento ecológico se poderão (re)solver alguns impactos humanos nefastos para o equilíbrio dos sistemas naturais e das espécies que deles vivem. A este propósito, o desenvolvimento turístico tem contribuído para reduzir e mesmo eliminar alguns equilíbrios naturais nas formações dunares. O maior impacto diz respeito à destruição da *vegetação espontânea* dunar pelo pisoteio exagerado, pela circulação de veículos motorizados e, de forma irremediável, pelo abertura de estradas e edificação de construções. Mas outros equilíbrios estão ameaçados, pelo que vêm mencionados na documentação. Um, é o caso da espécie *Oenanthe oenanthe* (Chasco-cinzento) «*comum nos complexos dunares do litoral norte, zona onde hoje a sua população é meramente residual. A ocupação do litoral pela construção deve ter sido a principal causa desta alteração*»<sup>80</sup>; outro diz respeito às espécies *Sterna hirundo* (andorinha do mar) e *Sterna albifrons* que têm nas dunas e praias o seu habitat (e nidificação). Tal facto ocasiona, particularmente no Sul do País (Algarve), que o surto de desenvolvimento turístico balnear seja o grande responsável pela diminuição e mesmo desaparecimento destas aves nesse litoral.

Numa outra vertente e no que diz respeito ao *sistema de uso humano* praticado por esta comunidade, o nosso trabalho de campo, acima referido, pôde registar uma realidade curiosa. Tratou-se de poder observar *in loco* o processo de feitura, acondicionamento e protecção de um palheiro de sargaço. A zona sul do aglomerado e na faixa dunar entre a praia e o primitivo arruamento é o local onde se desenrola a actividade dos sargaceiros, possuindo em Setembro de 1987 um total de 52 palheiros de sargaço<sup>81</sup>. Remontando às primitivas manifestações, os sargaceiros cuidavam proteger o seu palheiro de sargaço das intempéries das estações seguintes através da sua cobertura e, desta forma, conservar as algas secas, porque ela

<sup>78</sup> Peter D. MOORE, *Ecologia Animal*, trad., col. "Animais de Todo o Mundo", Lisboa, Círculo de Leitores, 1990, p. 27. Vide Jean TARLET, *La planification écologique: méthodes et techniques*, Paris, Économica, 1985, p. 17-39 Uma característica do habitat desta espécie é ter o seu limite sul de distribuição em Portugal situado entre a bacia do Mondego e do Vouga. Cfr. Rui RUFINO *et al.*, *Atlas das aves que nidificam em Portugal Continental*, Lisboa, CEMPA e SEARN, 1989, p. 141. <sup>81</sup> O nosso conhecimento sobre este assunto permite-nos indicar uma estimativa quantitativa relativa a este recurso natural: no total, o sargaço representaria cerca de 78 000 Kg de peso seco, com um valor monetário, nesse ano, que rondaria os 936 000\$00.

impedia a penetração das águas das chuvas. Essa cobertura era constituída por matéria vegetal que, no caso de Amorosa, nos foi dito e comprovado se tratava em geral de palha das dunas, ou seja, de feno-das areias<sup>82</sup> recolhido pelas pessoas nas dunas para cobrir o seu palheiro.

Assim, observamos este caso em que não se tratava de colmo (palha de centeio) mas sim da espécie dunar que abundava nas formações da costa norte de Amorosa. Isto leva-nos a concluir que as populações locais, ao usarem, como recurso natural, esta espécie florística de fundamental importância para a estabilidade do sistema de dunas primárias, não inviabilizou as relações de equilíbrio deste meio, nem pôs em causa o futuro do aglomerado, face a um maior risco de movimentação das areias. Por outro lado, comprovamos também que esta actividade tradicional do sargaço já se encontrava numa fase de perda de importância, pelo facto de ser um trabalho muito duro e um grupo de sargaceiro(a)s, na sua maioria, recorrerem ao profissionalismo de um antigo sargaceiro de Castelo do Neiva que, pelas suas capacidades técnicas, era frequentemente chamado para "cobrir" os palheiros de sargaço dAmorosa.

Outro dado harmónico da relação entre a comunidade humana e o meio dunar que lhe serve de suporte consistiu em verificar-se que as informações inscritas na carta militar de Portugal registavam, em finais dos anos quarenta, uma rede de caminhos mais densos no interior das formações dunares, estando esses caminhos quase ausentes na faixa mais próxima da linha de costa. Ora isto prova um uso e frequência do sistema dunar que tinha em conta uma experiência de vida acumulada no decurso de gerações, dada a vulnerabilidade das relações *biotopo-biocenose* nesta área litoral.

Estes traços gerais sobre o *modus operandi* desta aglomeração agromarítima constituem uma referência para repensar as formas de desenvolvimento turístico mais consentâneas com as áreas naturais e, muito em particular, o grau de dependência desse desenvolvimento, face aos recursos naturais e culturais do litoral. Pensamos que o caso de Amorosa, aqui aflorado, é um bom exemplo da desregulação do ciclo económico-social tradicional, originado por um "modelo de desenvolvimento" que, por um lado, é manifestamente desajustado e, por outro, não é compatível com a transmissão de valores naturais e culturais identificativos de uma comunidade com um passado histórico recente. O empreendimento citado, ao não comportar uma integração ambiental e paisagística, rompeu com certos laços de herança e feriu o tecido socio-cultural das populações locais. Em última análise, é manifestamente um órgão que atrai e concentra um fluxo humano superior à capacidade de carga turística óptima para esta área dunar. Daí que, a breve prazo, surjam sintomas de degradação irreversível deste sistema natural, vindo a extinguir-se, dessa forma, *um fâcies* de ecologia humana muito peculiar.

<sup>82</sup> *Ammophila arenaria*; mas, por vezes, incluía exemplares de *Juncus maritimus* Lamk, também frequentes nas baixas dunares (zona-entre-dunas).

## CONCLUSÃO

Ao dar corpo a este projecto de trabalho, fica-se sempre com a impressão de ele nunca estar completo. De facto, o seu processo de elaboração foi sempre dinâmico já que sempre esteve permeável a novos dados e ao amadurecimento das ideias.

A estrutura conferida ao trabalho evidencia a opção por um tema central - o turismo. Sendo como é marcante das formas de vida social no nosso século, a actividade turística fez surgir novos ambientes humanos e um novo tipo de apropriação do espaço pelo homem. O território de Portugal, pela sua posição geográfica e enquadramento geo-político, esteve desde muito cedo ligado às grandes rotas e correntes turísticas europeias e intercontinentais. Em termos figurativos, definiu-se um palco e um actor, respectivamente, o território do Alto Minho - para onde converge a nossa análise e o fenómeno turístico como agente de acção. Mas neste quadro onde se posiciona a ecologia humana? Atendendo a uma das definições de Ecologia Humana, como *«estudo do homem em relação com outros seres humanos e ambos com o mundo natural e cultural que o rodeia»*, saída do Seminário Internacional sobre Ecologia Humana, Turismo e Desenvolvimento Sustentável, realizado em Bali em Março de 1990, o seu posicionamento corresponde ao cenário e/ou ambiente que esse palco (o Alto Minho) comporta.

Num período em que ocorrem grandes mudanças nas formas de praticar turismo, função dos comportamentos individuais e colectivos do turista, as tendências da procura estão hoje canalizadas para a fruição de diversificados espaços e valores naturais, para os conjuntos etno-culturais "pitorescos" e para o consumo de actividades culturais e desportivas de alto valor criativo e de equilíbrio psicofísico. Porque esta procura é criadora de novos ambientes humanos, cada ser humano é um consumidor de ambiente e de recursos naturais. Daí que o turismo não possa ser considerado como uma actividade não poluente e, por conseguinte, as grandes preocupações actuais estejam voltadas para o campo dos impactos ecológicos do desenvolvimento turístico.

Ao optarmos pela abordagem de duas realidades locais no Alto Minho, foi nossa intenção, por um lado, seleccionar um caso onde o turismo poderá ser integrado no quadro do desenvolvimento do contexto físico, social e económico, ou seja, valorizar, em termos endógenos, esse local geográfico, e, por outro lado, explicitar um outro caso onde o desenvolvimento turístico proposto não é compatível com o contexto físico e socio-económico da área em questão.

A Ecologia Humana não é uma ciência madura nem tão pouco pode ser considerada como pertencente às Ciências Naturais nem às Ciências Sociais. Para JACKSON e STEINER (1985) a Ecologia Humana é uma herança de outras ciências, tais como, a Antropologia, a Geografia, a Sociologia, a

Psicologia, a Economia, bem como a Biologia. Por isso, ela emerge hoje como uma área de saber interdisciplinar que une os resultados técnicos e científicos de dois sistemas do conhecimento em constante interação e mútua dependência, isto é, o sistema da natureza e o sistema das acções humanas.

O conteúdo e explicitação deste trabalho reflecte, em grande medida, o "entrecruzamento" de informações e realidades, tanto do contexto geográfico como do turístico, e uma análise relacional que faz apelo aos propósitos da Ecologia Humana. Uma intenção foi claramente assumida, a que diz respeito ao *desenvolvimento*, que é hoje uma questão central de qualquer política económica e cultural. Todos estamos conscientes de que, em Portugal, as formas de desenvolvimento turístico terão de se submeter a outra percepção da estrutura profunda que une o ser humano à natureza e obedecer a valores mais altos que os do mercado.

## Resumo

Na região do Noroeste de Portugal o Alto Minho caracteriza-se por uma compartimentação marcada, no essencial pela acção oceânica e pelos acidentes orográficos da Peneda-Soajo-Amarela. Daí que essa natureza do território imponha quadros de relações e formas de uso do solo muito próprias e fecundas no campo do estudo das comunidades, a uma escala local e regional. Através da escolha de dois lugares, povoação de Amorosa, no litoral, e aldeia de Várzea, no interior serrano, procuramos referenciar essa realidade e evidenciar as especificidades do seu quadro de vida. Com essa *contextualização* podemos identificar uma ecologia humana marcada não só pelo ritmo das dinâmicas biofísicas deste território mas antes pelas estratégias de desenvolvimento sócio-cultural criado pelas sucessivas gerações humanas que aí se sucederam.

Hoje essas relações estão numa encruzilhada. Nesses lugares foram recentemente produzidas acções humanas, eminentemente exógenas, e de onde emergem novos quadros de relações e mudanças que urge perspectivar e avaliar. O nosso estudo problematiza essas acções, esboça preocupações com o futuro das relações entre o homem e o ambiente em que se move e sugere os quadros de integração da actividade turística mais compatível com a *paisagem* (herdada e criada) que hoje rodeia esses lugares.

Nessa cadeia de relações entre o homem e os ecossistemas, a ecologia humana tem aí o seu campo de acção e reconstrói as suas metodologias. Com base nessa realidade esta pesquisa fornece frequentes pistas e linhas de investigação para o estudo aprofundado das comunidades humanas.

## Abstract

The Alto Minho is part of NW Portugal which is an area characterised by a very specific geographical division. This is mainly due to its proximity to the Atlantic Ocean and to some orographic forms (hills and mountains) which simultaneously determine the use of the soil and the behaviour of the local/regional communities. In order to illustrate this reality, Amorosa, on the coast, and Varzea, in the Soajo's mountains, were selected. Such *environmental context* helps to identify a particular human ecology which is a result not only of the flow of the biophysical dynamics but, mainly, of the social and cultural strategies generated by the successive human generations.

Today, things are changing. Both Amorosa and Varzea have recently been submitted to human interventions, coming from the outside, and this calls for an urgent reevaluation of the community's roles. The present study questions those interventions foresees situations which can determine the behaviour of the community and its surrounding environment. Moreover, it suggests forms of using natural resources which generate tourist activities and reflect the new *landscape*.

The effects of the above mentioned interaction Man/natural-systems compulsory leads to new methodologies. The findings of this natural dependence are to be the base of a further study in the field of Human Ecology.